

## **Projeto de Pós-doutoramento**

**1.- Candidato:** Carlo Gabriel Kszan Pancera

**2.- Título:** Maquiavel e Guicciardini: política e *forma de governo*.

### **3.- Objetivo:**

Maquiavel e Guicciardini demarcam um certo campo para a ação política nos seus respectivos modelos de *estado*<sup>1</sup>. Para o que se pretende neste projeto, é relevante notar que, neste esforço de delimitação e de legitimação das formas de ação nos quadros de uma nova formação estatal, tais autores não tomam mais como referência os padrões normativos do pensamento político medieval. Ao contrário, alinham-se ao processo de ruptura com o mundo medieval iniciado em fins do século XIV, com formação dos *estados territoriais* e com o advento do *humanismo*.

Pode-se dizer, por isso, que, tanto Maquiavel, quanto Guicciardini, se fazem herdeiros de certas problemáticas e de conceitos já presentes nos debates então correntes. Apesar de vinculados a uma tradição de pensamento, não se deixam aprisionar pelas suas soluções. Antes, reelaboram o legado conceitual recebido em vista de questões que então os desafiavam, de modo a oferecer respostas próprias. Neste trajeto, afastam-se de antemão das soluções escolásticas, como, de resto, o fazia também a tradição humanista da qual eram herdeiros.

Este afastamento coloca-os em consonância com seus antecessores, consonância que se mostra também no ângulo a partir do qual se colocam para pensar os problemas relativos à república florentina. É posicionando-a no centro de seus interesses que olham para o mundo político. Isso significa dizer que deslocam seu olhar da perspectiva *universalista* da Igreja e do Império para a perspectiva *particularista* destas novas formações político-institucionais, *os estados territoriais*.

Tentativas de compreensão desta nova situação do mundo político e das condições de validade do agir político já tinham sido esboçadas por Leonardo Bruni, por exemplo. Mas em meados do século XV Florença vivia um período expansionista. Cem anos adiante, porém, o problema da continuidade da república florentina torna-se agudo.

---

<sup>1</sup> O termo *estado* não é utilizado na acepção moderna. Antes, é usado aqui para designar as novas formações estatais emergentes a partir do séculos XIV e XV, as quais, embora sem uma configuração ainda definida, não se confundem com as formações político-institucionais vigentes na Idade Média.

Maquiavel e Guicciardini enfrentam então o desafio de pensar e oferecer saídas para a crise renitente de sua pátria elaborando projetos político-institucionais nos quais enfeixam seus pressupostos teóricos e políticos. Daí a possibilidade de encontrarmos em tais projetos, não só uma outra perspectiva de compreensão da nova situação do mundo político, mas também a explicitação de como, nesta nova situação, a ação política se vê inserida.

Isto dito, pode-se agora dizer que o objetivo geral de nosso trabalho de pesquisa é o de tornar manifestas as relações entre os projetos político-institucionais de tais autores e as formas de ação política pressupostas, para as quais buscam dar uma configuração político-institucional.

#### **4.- Justificativa: Formas republicanas e ação política**

Em trabalho de pesquisa que resultou na elaboração de uma tese de doutoramento, o objeto de nossa reflexão tinha sido o *modelo de estado maquiaveliano*<sup>2</sup>. Detivemo-nos, naquele momento, no exame dos pressupostos e da novidade que Maquiavel trazia relativamente ao pensamento político anterior, especialmente no que diz respeito à formulação de uma nova forma republicana. Esta nova forma encontrava expressão num projeto de reforma das instituições florentinas designado de *Discurso sobre as formas de governo de Florença*<sup>3</sup>. Estávamos, então, preocupados sobretudo com os aspectos político-institucionais. Era a partir desta perspectiva que conduzíamos a nossa pesquisa, procurando, assim, inserir o pensamento de Maquiavel na história do republicanismo florentino.

Porém, a caracterização da especificidade deste *modelo de Estado*, isto é, do republicanismo de Maquiavel, ficava restrito, naquele momento, sobretudo aos aspectos político-institucionais mencionados. Não poderia, dada a natureza do trabalho, ser exaustiva. Isso significa que nos restava ainda um outro campo de investigação a ser explorado. Tal campo refere-se à ação política e à sua inserção político-institucional. É, portanto, nesta direção que nos parece profícuo conduzir de agora em diante o esforço investigativo. Nesse sentido, podemos circunscrever genericamente a temática de nossa pesquisa como uma reflexão sobre as relações entre um dado modelo político-

---

<sup>2</sup> PANCERA, Carlo Gabriel K. *O modelo maquiaveliano de Estado. Entre os Primeiros Escritos Políticos, os Discorsi e o Discursus*. Tese de doutoramento defendida junto ao Departamento de Filosofia da UFMG, em 13 de dezembro de 2006.

<sup>3</sup> MAQUIAVEL, N. *Discurso sobre as formas de governo de Florença*, trad. de Carlo Gabriel Kszan PANCERA, in ADVERSE, H (Org.). *Maquiavel: Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença*, BH: UFMG, 2010.

institucional e a ação política que tal modelo pressupõe e para a qual procura dar expressão.

Os elementos necessários para levarmos adiante nossa análise encontram-se reunidos no escrito de Maquiavel já mencionado, o *Discurso sobre as formas de governo*. É ali que o autor formula um modelo de *estado* com os olhos postos diretamente no contexto florentino. Ao fazê-lo, porém, ele procura traduzir em termos político-institucionais as formulações que fizera em torno da *arte do estado*<sup>4</sup>, quando escreveu os *Primeiros Escritos Políticos*, e que, depois, resultaram na redação de *O Príncipe* e dos *Discorsi*<sup>5</sup>, bem como, mais tarde, nas *Histórias de Florença*<sup>6</sup>. É este esforço de compreender as particularidades político-institucionais florentinas a partir das formulações teóricas, explicitadas em obras anteriores, que mostra a relevância do texto de Maquiavel que servirá de referência para o desenvolvimento desta proposta de pesquisa.

Além de nos permitir reconhecer e desenvolver a pesquisa em torno da relação entre ação política e modelo de *estado*, esta obra abre-nos outra possibilidade, que é situar historicamente o projeto maquiaveliano. Tais referências ao contexto histórico, não apenas são profícuas para a compreensão do pensamento de um determinado autor, como também se constituem numa perspectiva metodológica para a realização de pesquisas no âmbito da filosofia política<sup>7</sup>. Um dos caminhos para estabelecer tais referências é estabelecer um contraste entre duas perspectivas diversas sobre um mesmo objeto. Parece-nos proveitoso, nesse sentido, incorporar à análise a ser desenvolvida o pensamento político-institucional de Francesco Guicciardini.

A escolha deste último autor justifica-se, não só por ter sido ele contemporâneo de Maquiavel, mas porque isto sugere que ambos se encontravam em condições semelhantes, tanto do ponto de vista do instrumental conceitual, que mobilizavam para suas reflexões, quanto da perspectiva das problemáticas que afrontavam com esta herança comum, marcada pela crise político-institucional de Florença<sup>8</sup>. Porém, a despeito destes aspectos, que os aproximavam, seguiram por caminhos diversos, formulando teorias políticas em grande medida concorrentes, agrupando e dando

---

<sup>4</sup> Carta de Maquiavel a Francisco Vettori, de 9 de abril de 1513, in *Opere (II)*, a cura de Corrado Vivanti, Torino: Einaudi-Gallimard, 1999, p. 241.

<sup>5</sup> MACHIAVELLI. *I Primi Scrittici Politici, Discorsi e Il Principe*, in *Opere (I)*, a cura de Corrado Vivanti, Torino: Einaudi-Gallimard, 1997.

<sup>6</sup> MAQUIAVEL. *História de Florença*, trad. de Nelson Canabarro, SP: Musa Editora, 1998.

<sup>7</sup> Conforme item 7 deste projeto.

<sup>8</sup> RIDOLFI, Roberto. *Vita di Francesco Guicciardini*, Roma: Angelo Belardetti, 1960; CUTINELLI-RÈNDINA, Emanuele. *Guicciardini*, Roma: Salerno, 2009.

expressão a tendências presentes no debate político-institucional daquele momento. Assim, tomados em conjunto, Maquiavel e Guicciardini oferecem-nos um mapa de tais tendências, para as quais conferem elaborações teóricas que se esclarecem mutuamente. Aqui encontramos, portanto, uma outra motivação para agregar este último autor à nossa pesquisa.

No caso de Guicciardini, nosso exame recairá no *Discorso di Logrogno*. Ali o autor dá continuidade às reflexões político-institucionais iniciadas nas *Istorie florentine*. Ao mesmo tempo, aquela obra situa-se a meio caminho relativamente ao *Dialogo del reggimento di Firenze*<sup>9</sup>, escrito no qual se encontra formulada a sua teoria política mais madura e acabada. Nossa opção por privilegiar o escrito mencionado justifica-se na medida em que se pode verificar a existência de certa proximidade cronológica e temática em relação ao *Discurso* de Maquiavel.

Conforme observado acima, se o objeto de exame de ambos os autores nas obras referidas volta-se para a temática político-institucional de Florença, o mesmo não se pode dizer dos resultados. Isto porque, deste ponto de vista, Maquiavel e Guicciardini estabeleceram respectivamente uma solução “popular” e outra aristocrática para o problema de qual deveria ser o *melhor regime* ou, ainda, a *forma de governo* mais apropriada para Florença.

Uma maneira de entender a questão seria tentar visualizá-la a partir da participação de fatias maiores ou menores de cidadãos nos rumos da república. Seguindo os estudos que GILBERT<sup>10</sup> fez em torno dos protocolos das *Consulte e pratiche*, órgãos consultivos de Florença, o governo ganharia a caracterização de *governo largo* ou de *governo stretto* conforme a referida participação fosse mais ampla ou mais restrita. O mérito desta interpretação está no fato de que ela permite retomar os termos da questão tal qual era colocado no vocabulário político-institucional disponível para os atores políticos de então. Insistir, porém, nesta via significaria reduzir a problemática da ação política à perspectiva numérica, obscurecendo, em consequência, os pressupostos sobre os quais os modelos político-institucionais de Maquiavel e Guicciardini encontram-se assentados.

Por isso, supomos que, se quisermos realmente explicitar tais pressupostos, será necessário aprofundar nossas reflexões em torno da temática da ação política e de sua

---

<sup>9</sup> GUICCIARDINI, Francesco. *Istorie florentine, Discorso di Logrogno e Dialogo del reggimento di Firenze*, in *Opere*, a cura di Emmanuela Lugani Scarano, Torino: UTET, 1983 (1970).

<sup>10</sup> GILBERT, Felix. *Le idee politiche a Firenze al tempo di Savonarola e Soderini*, in *Machiavelli e il suo tempo*, Bologna: Il Mulino, 1977 (1964), especialmente pp. 71-74 e p. 104.

relação com os problemas político-institucionais, explorando, tanto as articulações internas do pensamento de ambos os autores, quanto os aspectos que podem ser melhor compreendidos à luz do contexto no qual o debate se inseria. Assim, vejamos.

Do ponto de vista da ação política e de suas conseqüências do modelo de república que formula nos *Discorsi*, Maquiavel diz ser necessário assegurar um espaço político-institucional para a expressão dos *desejos* que caracterizam as sociedades políticas. Tais desejos apresentam-se na oposição entre os grandes e o povo, que encarnam respectivamente o anseio de comandar e o de não ser oprimido<sup>11</sup>. Garantir uma instância na qual possam se manifestar significa agir em prol da coesão e da *liberdade* do corpo político, evitando, por sua vez, a sua dissolução. Trata-se, portanto, de encontrar um espaço de mediação no qual a tensão e o conflito renitente entre tais desejos possa encontrar momentos de alívio, dando durabilidade ao corpo político.

Mas reconhecer a existência de um conflito incontornável no seio de toda e qualquer sociedade política, bem como apostar na possibilidade dele vir a jogar em prol do corpo político, significa conferir a tal conflito um sinal positivo<sup>12</sup>. Nesse sentido, se, em *O Príncipe*, o povo se estabelece como uma limitação às pretensões absolutistas do governante, nos *Discorsi* aparece dotado de capacidade criadora, semelhante à do próprio príncipe maquiaveliano. Tem, portanto, um papel ativo. Foi precisamente este o papel desempenhado pelo povo no momento do estabelecimento dos Tribunus da Plebe, instituição que assegurava liberdade ao povo contra os desmandos dos grandes na república de Roma.

Ora, diante de tais considerações é que Maquiavel vai procurar, no seu projeto de reforma político-institucional, empenhar esforços de modo a fazer com que todos os participantes do jogo político tenham um espaço político-institucional assegurado. Este autor quer assim que os diversos tipos de homem, que encarnam os desejos acima referidos, tenham acesso ao jogo político, condição necessária, segundo afirma o autor no *Discurso*, para se ter uma república *bem ordenada e estável*<sup>13</sup>.

Guicciardini, no entanto, tende a minimizar o papel a ser exercido pelo povo, apostando, sobretudo, na aristocracia <*ottimate*> como classe destinada a assumir o protagonismo político. Aliás, talvez fosse melhor dizer que caberia a esta classe uma função central no edifício político-institucional, resultado mesmo da *virtude* política que

<sup>11</sup> MACHIAVELLI. *Discorsi*, I, 4, pp. 211-212.

<sup>12</sup> É digno de nota o debate em torno da questão do conflito e da liberdade ocorrido, em anos recentes, entre Sergio Cardoso, Helton Adverse e José Luís Ames, conforme nota s 21 a 23 adiante.

<sup>13</sup> MAQUIAVEL. *Discurso sobre as formas de governo*, § 14, pp. 14-15.

a caracteriza aos olhos deste autor. Deste modo, relativamente ao projeto maquiaveliano, tal fato aponta já para uma concepção diversa da ação que lhe serve de base e para a qual procura dar expressão.

Assim, no esquema do *Discorso di Logrognno*, ainda que o povo tenha assegurado um espaço institucional, Guicciardini suspeita de sua capacidade de atuar positivamente. Mesmo que a tal classe de homens esteja reservado o papel de distribuição das magistraturas e de aprovação de leis, este papel é, sobretudo, negativo, pois, quer as magistraturas mais importantes, quer as iniciativas legislativas, cargos e funções marcadamente políticos (decisórios) são destinados à aristocracia <*ottimate*><sup>14</sup>. Poderíamos dizer, neste sentido, que ocorre, sim, uma distribuição de tarefas no projeto político-institucional guicciardiniano, no qual é conferida a uma das partes uma condição negativa, enquanto a outra atua ativamente no jogo político e, tal distribuição, é feita tendo-se em vista uma certa concepção de ação política.

É notório, no projeto deste autor, a preferência pela classe aristocrática como aquela destinada a estar à frente do governo da república florentina. No entanto, a desqualificação do projeto com base apenas no explícito compromisso de classe obscurece a contribuição efetiva que poderia dar para a reflexão em torno da temática que visamos aqui desenvolver<sup>15</sup>. Se é certo que, por sua natureza, dificilmente seria visto com bons olhos por uma república *popular*, como o fora aquela dirigida por Piero Soderini, entre 1502 e 1512, não é a sua capacidade de se efetivar que justifica seu estudo aqui. Antes, o que está questão é a articulação e a reformulação de conceitos que o autor foi capaz de promover, de modo a estruturar uma teoria política consistente, que possibilitasse explicitar, a partir de seu estudo, as relações entre forma de governo e a ação política.

Deste modo, se, de um lado, nosso estudo dar-se-á a partir do exame da estrutura conceitual, tanto do texto de Guicciardini, quanto do texto de Maquiavel, de outro, para conferir a tais teorias plena significação, deveremos abordá-las considerando as transformações político-institucionais mais amplas, bem como considerar as novas concepções e formas de ação política que começam a surgir e ser elaboradas a partir dos séculos XIV e XV. Por isso, torna-se necessária ir além da análise conceitual e do

---

<sup>14</sup> GUICCIARDINI. *Discorso di Logrognno*, pp. 257-258.

<sup>15</sup> BIGNOTTO, Newton. *Republicanism e relismo. Um perfil de Francesco Guicciardini*, Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 17.

contraponto entre os dois autores e retomar o contexto político-institucional e das novas formas de pensamento.

Este contexto político-institucional pode ser descrito, num horizonte mais amplo, como o enfraquecimento dos poderes universais da Igreja e do Império, o qual abre espaço para a construção e para a consolidação de novas formas político-institucionais. Tal novidade pode ser descrita como o estabelecimento de *estados territoriais*, baseados na conquista e disputa de territórios, visando à constituição de *impérios regionais*. Estes novos *estados* surgem carentes de legitimação e de um pensamento político que os pense fora dos quadros dos universalismos do Império e da Igreja.

No que concerne ao horizonte florentino, ao qual nossos autores se reportam mais diretamente, podemos compreender as mudanças político-institucionais avançadas com a degeneração daqueles impérios universais a partir do conceito de *governo de regimento*<sup>16</sup>. Este conceito permite-nos compreender a lógica da progressiva transformação de um republicanismo comunal em uma forma republicana caracterizada pela progressiva centralização do poder nas mãos um grupo dirigente restrito. Este fenômeno encontra terreno fértil para se desenvolver diante das pretensões das cidades de se constituírem em *estados* de dimensões territoriais conservando tal condição, tarefa que pedia a convergência de poderes.

A mesma crise dos poderes universais que dera espaço para a constituição de novas formas político-institucionais permitiu também que emergissem e fossem se consolidando novos modos de pensamento, descolados da *escolástica* e dos princípios do *direito romano* que estruturavam o mundo político-jurídico medieval, os quais, por sua vez, balizavam a reflexão político-institucional até, pelos menos, o século XIV. Se o aparecimento destes novos modos de pensamentos é paralelo à referida crise, a sua afirmação também segue paralelamente à consolidação dos *estados territoriais*. Pode-se, conseqüentemente, entrever dois efeitos. Em primeiro lugar, tal fragmentação do mundo resulta na perda de um padrão universalizável que informe a ação política em geral, pois os seus referenciais político-institucionais são dissolvidos. Em segundo lugar, o pensamento sobre a ação política, que viria a constituir-se, tomaria como referência as novas formações estatais, constituintes de um novo domínio para a ação política.

---

<sup>16</sup> FUBINI, Riccardo. *Il regimento di Cosimo de' Medici al sua avvento al potere*, in *Italia Quattrocentesca*, Milano: FrancoAngeli, 1994, pp. 63-64,

Assim, a ação política não vai mais se dirigir para a manutenção da ordem hierárquica do mundo, em cujo vértice se encontrava Império e Igreja, o que significa dizer que não vai mais se revestir de uma função de justiça, cujo exercício se fazia dentro dos padrões estáveis fixados por aqueles já mencionados poderes universalistas. A partir de então, o pensamento político vai ter como centro de suas preocupações o fenômeno recente dos *estados territoriais*.

Isso sugere que o pensamento político abandona a perspectiva universalista dos antigos centros de poder político para afirmar aqueles correlatos aos poderes particulares nascentes. A consequência é que a ação política vai ser pensada reportando-se a estes novos referenciais. É na relação com estas novas formações estatais que elas vão adquirir sentido e assegurar sua validade.

Diante deste contexto, Maquiavel e Guicciardini vão tomar como ponto de partida para sua reflexão político-institucional o particularismo dos novos *estados territoriais*. Assim como os pensadores humanistas do século XIV e XVI, também eles deixam de lado os padrões universais referenciados pela estrutura hierárquica da sociedade política medieval. Colocam-se, deste modo, numa nova perspectiva, a partir da qual situam também a ação política. É neste novo quadro, por exemplo, que ganha sentido a conhecida *virtù* maquiaveliana, que atua em função da conservação do *estado*. Guicciardini fará, por sua vez, coisa semelhante com a sua concepção de *prudência*<sup>17</sup>. Por isso, acreditamos que, ao relacionarmos estas novas formulações com os respectivos projetos de reforma político-institucional, colocaremos em foco os referenciais que passaram a balizar a ação política para tais autores e depois deles no campo das novas elaborações político-institucionais.

### **5.- Delimitação da hipótese**

O que está em questão nesta pesquisa é a relação entre a ação política e as novas formas político-institucionais. Mais especificamente, é a partir dos modelos político-institucionais de Maquiavel e Guicciardini que pretendemos situar a problemática da ação política. Tal problemática encontra terreno comum na tradição republicana florentina, que se distanciava dos parâmetros medievais, tanto institucionais, pelo surgimento dos *estados territoriais*, quanto intelectuais, pelo abandono da escolástica e do direito romano, que balizavam a ação e o pensamento político até então. É a partir

---

<sup>17</sup> FUBINI, Riccardo. *Interpretazione dell'umanesimo*, in *L'umanesimo italiano e i suoi storici. Origini rinascimentali – critica moderna*, Milano: FrancoAngeli, 2001, pp. 323-324.

deste terreno comum que podemos compreender devidamente a mudança de padrões de valoração do agir político, no qual os padrões universalistas não têm mais presença. Os novos padrões ganham expressão, por sua vez, no pensamento político dos autores em questão, seja na formulação maquiaveliana de um novo voluntarismo, seja na elaboração de Guicciardini de uma nova forma de ação prudencial. Tais formulações podem ser compreendidas efetivamente na relação que entretecem com os projetos político-institucionais de ambos os autores. Existem, deste modo, alguns pontos a serem tratados para o estabelecimento de nossa hipótese. Vejamos:

(1) É no desenvolvimento deste longo processo de mudança nos padrões de valoração do agir humano que se pode melhor compreender a especificidade da ação política tal qual é concebida por Maquiavel e Guicciardini. Trata-se, assim, de circunscrever quais os novos referenciais que a ação política passa a ter, seja em relação à escolástica e ao direito romano, seja relativamente ao pensamento humanista que os precedeu.

(2) Depois, será necessário mostrar como as novas referências para a ação política são incorporadas e rearticuladas conceitualmente no âmbito dos projetos político-institucionais de Maquiavel e Guicciardini. É revelador disso a formulação de um republicanismo dito “*popular*” e outro de natureza aristocrática.

(3) Por fim, será relevante demonstrar como os projetos político-institucionais de tais autores situam-se: (i) em relação à história do pensamento republicano florentino, bem como (ii) relativamente à construção de uma ordem política que se encontra nos primórdios da modernidade.

Tais aspectos se configuram como objetivos específicos, os quais se concretizarão na elaboração de dois artigos a serem publicados em revistas da área, assim como na realização da tradução do *Discurso de Logroño*, de Francesco Guicciardini.

## 6. Relevância

A hipótese acima apresentada encontra um espaço novo dentro da bibliografia que temos à disposição. Na bibliografia nacional, os estudos estão em crescimento quantitativo e temático, abrangendo questões outrora secundárias. A obra pioneira de Newton Bignotto, *Maquiavel republicano* (1991), constitui-se num referencial comum para todos estudos subsequentes, inclusive para nós, pois tem como fio condutor a ação política. Apesar disso, não cuida da relação da ação política com a questão político-

institucional. Podemos fazer a mesma afirmação a respeito da José Luiz Ames, que tratou-a, em livro de 2002<sup>18</sup>, da perspectiva de uma teoria política mais ampla, procurando mostrar sua centralidade no pensamento maquiaveliano.

Inspirados no campo aberto por Bignotto, mas abarcando temas diversos, encontramos ainda Patrícia Avranovich (2007)<sup>19</sup>, que cuida das relações entre política e história no pensamento maquiaveliano, a tese de José Antônio Martins, defendida em 2007<sup>20</sup>, que tem como foco central o tema da corrupção na reflexão do secretário florentino, e Helton Adverse que, em seu livro de 2009<sup>21</sup>, explora as relações entre política e retórica. Embora sejam referenciais importantes, não tocam ou apenas tangenciam a questão que pretendemos desenvolver.

Digno de nota é o já mencionado debate ocorrido entre Sérgio Cardoso<sup>22</sup>, Helton Adverse<sup>23</sup> e José Luiz Ames<sup>24</sup> em torno da questão do conflito e da liberdade, donde resultou inclusive a elaboração de um livro, por parte deste último pesquisador, no ano de 2017, sobre a questão da liberdade<sup>25</sup>. Estamos aqui numa discussão sobre os fundamentos da ação política, que tem reflexos no nosso trabalho, mas da qual apenas colheremos os frutos, já que é algo que se afigura no nosso horizonte, sem, contudo, dizer respeito a nossa questão central.

Podemos descrever de maneira análoga a posição pioneira de Newton Bignotto relativamente aos estudos de Guicciardini. Em obra de 2006<sup>26</sup>, explora a ação política relacionando-a, porém, a diversos aspectos do pensamento de Guicciardini, mas não estritamente àquele político-institucional. Seu livro sucede em pouco o de Sylvia Ewel Lentz (2004)<sup>27</sup>, que se situa, porém, no campo da história. Em obra mais recente (2010)<sup>28</sup>, Felipe Charbel Teixeira cuida da questão da *prudência* em Maquiavel e Guicciardini, virtude própria ao ator político, que se constitui como tal pela

<sup>18</sup> AMES, José Luiz. *Maquiavel. A lógica da ação política*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

<sup>19</sup> AVRANOVICH, Patrícia. *História e Política em Maquiavel*, SP: Discurso Editorial, 2007.

<sup>20</sup> MARTINS, José Antônio. *Fundamentos da república e sua corrupção nos Discorsi de Maquiavel*, tese de doutorado defendida junto ao Departamento de Filosofia da USP, 2007.

<sup>21</sup> ADVERSE, Helton. *Maquiavel: Política e retórica*, BH: UFMG, 2009.

<sup>22</sup> CARDOSO, Sérgio. “Em direção ao núcleo da ‘obra Maquiavel’: sobre a divisão civil e suas interpretações”, in *Discurso*, volume 45, nº 2, p. 207-247, 2015.

<sup>23</sup> ADVERSE, H. “Maquiavel, a República e o Desejo de Liberdade”, in *Trans/Form/Ação*, vol. 30, n. 2, 2007.

<sup>24</sup> AMES, José Luiz. “Liberdade e Conflito: o confronto dos desejos como fundamento da ideia de liberdade em Maquiavel”, in *Kriterion*, n. 119, 2009.

<sup>25</sup> AMES, José Luiz. *Conflito e Liberdade. A vida política para Maquiavel*, Curitiba: CRV, 2017.

<sup>26</sup> BIGNOTTO, Newton. *Republicanism e Realismo. Um perfil de Francesco Guicciardini*, BH: UFMG, 2006.

<sup>27</sup> LENTZ, Sylvia Ewel. *Francesco Guicciardini: o renascimento da história*, PR: UDUEL, 2004.

<sup>28</sup> TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros. Retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*, SP: Unicamp, 2010.

convergência da capacidade de bem ler a realidade e de usar instrumentos retóricos; em que pese nossa discordância sobre certos aspectos de sua interpretação, elas nos oferece elementos que contribuirão em alguma medida para desenvolvermos o tema.

No que diz respeito à bibliografia estrangeira, para fins deste projeto, podemos apresentá-la em blocos dotados de certa unidade temática e metodológica, mas não exatamente de soluções. Neste sentido, podemos colocar lado a lado autores como Eugenio Garin<sup>29</sup>, Hans Baron<sup>30</sup>, Felix Gilbert<sup>31</sup> e J.G.A. Pocock<sup>32</sup>, se considerarmos que o tratamento que conferem à ação política privilegia os aspectos propriamente político-culturais, aos quais procuram relacioná-la, seja no âmbito do humanismo, no caso dos dois primeiros, seja no estudo de Maquiavel e Guicciardini, que realizam os dois últimos comentadores.

Depois, podemos reunir pensadores como Claude Lefort<sup>33</sup> e Gennaro Sasso<sup>34</sup>, posto que suas análises, embora não voltadas precisamente para o problema da ação política, contemplam-na no exame vigoroso e exaustivo que promovem da estrutura conceitual da obra maquiaveliana, em especial dos *Discorsi* e de *O Príncipe*. O mesmo pode ser dito da obra que Sasso dedicada ao estudo de Guicciardini<sup>35</sup>. Apesar de continuarem produzindo efeitos quando nos deparamos com dificuldades na análise interna das obras, o papel secundário dado ao contexto, seja ele cultural, político ou institucional, constitui-se numa limitação.

Caminho inverso seguem Quentin Skinner<sup>36</sup> e Maurizio Viroli<sup>37</sup>, que privilegiam de tal modo o contexto que chegam a obscurecer as particularidades e, daí, a originalidade dos pensadores estudados. Estão mais ocupados em buscar continuidades conceituais do que rupturas ou descontinuidades, para assim reconstituir a trama histórica que cada um dos autores examinados ajuda a tecer. Nesta trama, privilegiam as obras teóricas que lhes servem de fundamento, tanto as de Maquiavel, quanto as de

---

<sup>29</sup> GARIN, Eugenio. *L'umanesimo italiano. Filosofia e vita civile nel Rinascimento*, Bari: Laterza, 1964 (1947).

<sup>30</sup> BARON, Hans, *The Crisis of the Early Italian Renaissance. Civic Humanism and Republican Liberty in an Age of Classicism and Tyranny*, 1966 (1955).

<sup>31</sup> GILBERT, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*, Bologna: Il Mulino, 1999 (1964); e *Machiavelli e Guicciardini*, Torino: Einaudi, 1975 (1964).

<sup>32</sup> POCOCK, J.G.A. *The Machiavellian Moment*, New Jersey: Princeton University Press, 1975.

<sup>33</sup> LEFORT, Claude. *Le travail de l'oeuvre Machiavel*, Paris: Gallimard, 1986 (1972).

<sup>34</sup> SASSO, Gennaro. *Niccolò Machiavelli*, Bologna: Il Mulino, 1980.

<sup>35</sup> SASSO, Gennaro. *Per Francesco Guicciardini: quattro studi*, Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 1984.

<sup>36</sup> SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*, SP: Cia. das Letras, 1996 (1978).

<sup>37</sup> VIROLI, Maurizio. *Machiavelli*, Oxford University Press, 1998; *Dalla Politica alla Ragion di Stato. La scienza del governo tra XIII e XVII secolo*, Roma: Donzelli Editore, 1994.

Guicciardini. Por isso, se estes se referem às questões propriamente político institucionais, fazem-no apenas de maneira secundária.

Diretamente atento à questão político-institucional encontramos Albertini<sup>38</sup> que, na trilha de Anzilotti<sup>39</sup>, mobiliza os textos, tanto de Maquiavel, quanto de Guicciardini, entre outros, a favor da reconstituição do ambiente de crise, que conduziria Florença de sua forma republicana à principesca. Apesar da temática político-institucional, não explora as relações entre tal temática e a questão da ação política, que é o que nos interessa fazer âmbito desta pesquisa.

O mesmo pode ser dito de Nicolau Rubinstein<sup>40</sup> e Riccardo Fubini<sup>41</sup>. Este último, porém, mobiliza os textos dos autores que aqui nos interessam, entre outras inúmeras fontes, para promover uma interpretação histórica no renascimento italiano. Sua análise, sempre atenta às questões político-institucionais, que julga centrais para a compreensão de uma série de outras temáticas do período, indica novos caminhos a serem seguidos e renova os estudos historiográficos do período. Por causa do método historiográfico e por causa das preocupações mais amplas, não cuida da questão das relações entre ação política e forma político-institucional, embora nos forneça importantes subsídios para que possamos fazê-lo.

Dentre outros autores que se ocupam da temática que nos ocupa, encontramos Giorgio Cadoni. Mas sua investigação é realizada tomando por base quase exclusiva os escritos teóricos<sup>42</sup>, dando, porém, um enfoque temático diverso do nosso. Ele está preocupado em circunscrever a problemática da crise. Além disso, privilegia uma leitura interna dos textos. Outros que trabalham este tema são Guidubaldo Guidi<sup>43</sup> e Roberto Esposito<sup>44</sup>, mas permanecem também no campo da análise conceitual das obras teóricas.

---

<sup>38</sup> ALBERTINI, Rudolf von. *Firenze dalla repubblica al principado*, Torino: Einaudi, 1995 (1955).

<sup>39</sup> ANZILOTTI, Antonio. *La crise costituzionale della Repubblica fiorentina*, Roma: Multigráfica, 1969 (1922).

<sup>40</sup> RUBINSTEIN, Nicolai. *Il governo di Firenze sotto i Médici, 1434-1494*, a cura di G. Ciapelli, Milano: Nuova Italia, 1999 (1966).

<sup>41</sup> FUBINI, Riccardo. *Potenze Grosse e Piccolo Stato nell'Italia del Rinascimento. Consapevolezza della distinzione e dinamica dei poteri*, in *Il piccolo stato: politica, storia, democrazia*, San Marino: AIEP, 2004; *Itália Quattrocentesca*, Milano: FrancoAngeli, 1994; *Classe dirigente ed esercizio della diplomazia*, 1987.

<sup>42</sup> CADONI, Giorgio. *Crisi della mediazione politica e conflitti sociali. Niccolò Machiavelli, Francesco Guicciardini e Donato Giannotti di fronte al tramonto della Florentina Libertas*, Roma: Jouvence, 1994; também *Un governo immaginato. L'universo politico di Francesco Guicciardini*, Roma: Jouvence, 2000.

<sup>43</sup> GUIDI, Guidubaldo. *Lotte, pensiero e istituzioni politiche nella Repubblica fiorentina dal 1494 al 1412*, Olschki editore, 1992.

<sup>44</sup> ESPOSITO, Roberto. *Ordine e conflitto. Machiavelli e la letteratura politica del Rinascimento italiano*, Liguori editore, 1984.

Por fim, pela abrangência da obra, não podemos deixar de mencionar o trabalho de Fournel & Zankarini, *La grammaire de la republique* (2009)<sup>45</sup>, sobre o pensamento de Guicciardini; trata-se de um trabalho de fôlego, que tem como principal objetivo delimitar a linguagem da política forjada pelo autor estudado, cujo principal motivo para se estruturar teria sido a forma que a guerra assumiu em Florença a partir de 1494, constituindo-se num ponto de inflexão para a reflexão política do período. A relação entre ação política e a questão político-institucional aparece aqui apenas pontualmente.

Vê-se, diante do acima exposto, que se trata de um tema pouco explorado, não tendo ainda sido realizado de modo sistemático o confronto das perspectivas político-institucionais de Maquiavel e Guicciardini.

## 6.- Metodologia

O método estruturalista de pesquisa em filosofia desenvolveu-se graças ao trabalho de autores como Goldsmith<sup>46</sup> e Brunshwig<sup>47</sup>, entre outros<sup>48</sup>. Nas suas linhas gerais, a questão era investigar o conjunto de conceitos e a maneira como se articulavam, constituindo uma dada ‘estrutura’, que seria característica de um determinado autor. Esse ‘método’ disseminou-se no Brasil e foi amplamente utilizado em nossos meios acadêmicos, conforme sugere Paulo Eduardo Arantes<sup>49</sup>. Tecnicamente, o trabalho se desenrolava pela análise conceitual e pelo estabelecimento de relações entre os conceitos. O resultado era um trabalho que privilegiava o plano interno da obra. O recurso ao contexto, qualquer que fosse ele, era relegado a um plano secundário e assumia, no máximo, uma tarefa subsidiária.

Aqui, ao contrário, o recurso ao contexto é colocado em primeiro plano. Afinal, trata-se de utilizá-lo para examinar alguns dos conceitos propostos, de acordo com o que dissemos acima. Aproximamo-nos, por isso, do modo como Skinner desenvolve o seu trabalho<sup>50</sup>, por exemplo, em *As fundações do pensamento político moderno*<sup>51</sup>. Seguimos

---

<sup>45</sup> FOURNEL & ZANKARINI. *La grammaire de la republique. Langages de la politique chez Francesco Guicciardini (1483-1540)*, Genève: Doz, 2009.

<sup>46</sup> GOLDSCHMIDT, Victor. *Remarques sur la méthode structurale en histoire de la philosophie*, in *Recueil d'études offert à Fernand Branner*, Neuchâtel, 1981, pp. 213-240.

<sup>47</sup> CASSIN, Barbara (org.). *Nos Grecs et leurs Moderns*, Paris: Seuil, 1992, pp. 37-96

<sup>48</sup> GOLDSCHMIDT, ob. cit., elenca vários pensadores que participaram do debate ‘estruturalista’, estabelecendo os seus matizes. Dentre eles temos G.-G. Granger, E. Brehier, P. le Blond, P. Aubenque, e, principalmente, M. Gueroult.

<sup>49</sup> ARANTES, Paulo Eduardo. *Um departamento francês de ultramar*, SP: Paz e Terra.

<sup>50</sup> SKINNER, Quentin. *Meaning and Context*, Princeton University Press, 1988.

seu método na medida em que a idéia de contexto utilizada aqui se refere ao trabalho com textos de autores que se constituíram em interlocutores de Maquiavel e de Guicciardini, fornecendo-nos elementos para a reconstrução do horizonte ‘ideológico’ no qual os autores desenvolveram suas filosofias políticas.

O método a ser utilizado, contudo, não é determinado por uma simples escolha, mas, antes, é uma exigência da espécie de trabalho que estamos dispostos a realizar. Afinal, uma interpretação apropriada dos textos em questão exige que se delimite o vocabulário usado nos debates sobre as questões político-institucionais e a ação política. O problema que decorre daí é se tal método é apropriado para o desenvolvimento de um trabalho propriamente filosófico. Ora, os instrumentos de que faremos uso nos alinham com o método empregado pela ‘história da filosofia’, uma das perspectivas a partir da qual se pode desenvolver pesquisas na área de Filosofia. Nisto, seguimos alguns autores de cuja abordagem nos aproximamos e aos quais já fizemos referência<sup>52</sup>.

### **FONTES PRIMÁRIAS**

- BRUNI, Leonardo. *Opere letterarie e politiche di L. Bruni*, Turim: UTET, 1996.  
 \_\_\_\_\_, *History of the Florentine People*, trad. de James HANKINS, Harvard University Press, 2001.
- GUICCIARDINI, Francesco. *Opere*, a cura di Emanuella Lugnani Scarano, Torino: UTET, 1983 (1970).
- MACHIAVELLI. *Opere (I)*, a cura di Corrado Vivanti, Torino: Einaudi/Gallimard, 1997.  
 \_\_\_\_\_, *Opere (II)*, a cura di Corrado Vivanti, Torino: Einaudi, 1999 .
- MAQUIAVEL. *História de Florença*, trad. de Nelson Canabarro, SP: Musa Editora, 1998.

### **FONTES SECUNDÁRIAS**

- AAVV. *Francesco Guicciardini, 1483-1983. Nel V centenario della nascita*, Firenze: Leo S. Olschki, 1984.
- ADVERSE, Helton. *Maquiavel: Política e retórica*, BH: UFMG, 2009.
- ALBERTINI, Rudolf von. *Firenze dalla repubblica al principado*, Torino: Einaudi, 1995 (1955).

---

<sup>51</sup>SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*, trad. de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta, SP: Cia. das Letras, 1996; também BIGNOTTO, *Maquiavel republicano e Origens do republicanismo moderno*; GILBERT, obras mencionadas.

<sup>52</sup>Ver nota anterior.

ANSELMINI, *Il Discursus florentinarum rerum: fra progetto politico e prospettiva storiografica*, in Niccolò Machiavelli. *Politico, Storico, Letterato*, Roma: Salerno, 1996.

AMES, José Luiz, *Maquiavel: a lógica da ação política*, Toledo: Unioeste, 2002.  
 \_\_\_\_\_, *Conflito e Liberdade. A vida política para Maquiavel*, Curitiba: CRV, 2017.

ANZILOTTI, Antonio. *La crise costituzionale della Repubblica fiorentina*, Roma: Multigráfica, 1969 (1922).

AVRANOVICH, Patrícia. *História e Política em Maquiavel*, SP: Discurso Editorial, 2007.

BARON, Hans, *The Crisis of the Early Italian Renaissance. Civic Humanism and Republican Liberty in an Age of Classicism and Tyranny*, 1966 (1955).

BECKER, Marvin B. *The Florentine Territorial State and Civic Humanism in the Early Renaissance*, in *Florentine Studies. Politics and Society in Renaissance Florence*, ed. by N. Rubinstein, London: Faber and Faber, 1968.

BIGNOTTO. *Republicanism e realismo. Um perfil de Francesco Guicciardini*, Belo Horizonte: UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_, *Origens do republicanismo moderno*, Belo Horizonte: UFMG, 2001.

\_\_\_\_\_, *Maquiavel republicano*, Belo Horizonte: Loyola, 1993.

BARBUTO, Gennaro Maria. *La politica dopo la tempesta. Ordini e crise nel pensiero di Francesco Guicciardini*, Napoli: Liguori, 2002.

BRUCKER, Gene A. *The Civic World of Early Renaissance Florence*, Princeton University Press, 1977.

\_\_\_\_\_, *Florentine Politics and Society, 1348-1378*, Princeton University Press, 1962.

BUTTERS, H.C. *Governors and Government in Early Sixteenth-Century Florence, 1502-1509*, Oxford: Clarendon Press, 1985

BOCK, SKINNER and VIROLI (ed.). *Machiavelli and Republicanism*, Cambridge University Press, 1990.

CABRINI, Anna Maria. *Un'idea di Firenze: da Villani a Guicciardini*, Roma: Bulzoni, 2001.

CADONI, Giorgio. *Un governo immaginario: l'universo politico di Francesco Guicciardini*, Roma: Jouvence, 2000.

\_\_\_\_\_, *Crisi della mediazione politica e conflitti sociali. Niccolò Machiavelli, Francesco Guicciardini e Donato Giannotti di fronte al tramonto della Fiorentina Libertas*, Roma: Jouvence, 1994;

CANNING, Joseph. *A History of Medieval Political Thought, 300-1450*, London and NY: Routledge, 1996.

CASSIRER, Ernest. *O mito do Estado*, trad. de Álvaro Cabral, RJ: Zahar Editores, 1976 (1946).

CHABOD, Frederico. *Escritos su Rinascimento*, trad. de Rodrigo Ruza, México: Fondo de Cultura Económica, (1957).

\_\_\_\_\_, *Escritos sobre Maquiavelo*, tradução espanhola de Rodrigo Ruza, México: Fondo de Cultura Económica, 1994 (1964)

COSTA, *Iurisdictio*, Milano: Giuffrè Editore, 1969, p. 195.

CUTINELLI-RÈNDINA, Emanuelle. *Guicciardini*, Roma: Salerno, 2009.

DE SANCTIS, Francesco. *Francesco Guicciardini: dalla politica alla storia*, Bari, 1950.

\_\_\_\_\_, *Storia della Letteratura Italiana*, a cura di Nino Cortese, Napoli: Alberto Morano Editore, 1936.

DIONISOTTI, Carlo. *Machiavelli letterato*, in *Machiavellerie*, Torino: Einaudi, 1980.

DREI, Henri. *La vertu politique: Machiavel et Montesquieu*, Canadá: L'Harmattan, 1998.

FOURNEL & ZANKARINI. *La grammaire de la republique. Langages de la politique chez Francesco Guicciardini (1483-1540)*, Genève: Doz, 2009.

FUBINI, Riccardo. *Storiografia dell'Umanesimo in Italia*, Roma: Edizione di Storia e Letteratura, 2003.

\_\_\_\_\_, *Itália Quattrocentesca*, Milano: FrancoAngeli, 1994.

\_\_\_\_\_, *Classe dirigente ed esercizio della diplomazia*, 1987.

FOCHER, Ferruccio. *Libertà e teoria dell'ordine politico*, Milano: FrancoAngeli, 2000.

GARVER, Eugene. *Machiavelli and the History of Prudence*, London: The University of Wisconsin Press, 1987.

GILBERT, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*, Bologna: Il Mulino, 1999 (1964).

\_\_\_\_\_, *Machiavelli e Guicciardini*, Torino: Einaudi, 1975 (1964).

GODMAN, Peter. *From Poliziano to Machiavelli. Florentine Humanism in the High Renaissance*, Princeton: Princeton University Press, 1998.

HANKINS, James (edited by). *Renaissance Civic Humanism. Reappraisals and Reflections*, Cambridge University Press, 2000.

JABOBELLI, Jader. *Machiavelli e/o Guicciardini: alle radici del realismo politico*. Milano: Mursia, 1998.

- LEFORT, Claude. *Le travail de l'oeuvre Machiavel*, Paris: Gallimard, 1986 (1972).  
 \_\_\_\_\_, *Desafios da escrita política*, SP: Discurso editorial, 1999 (1978).  
 \_\_\_\_\_, *As formas da história*, SP: Brasiliense, 1979.
- LENTZ, Sylvia Ewel. *Francesco Guicciardini: o renascimento da história*, Londrina: EDUEL, 2004.
- MANSFIELD, Harvey. *Machiavelli's Stato and Modern State*, in *Machiavelli's Virtue*, Chicago & London: The University of Chicago Press, 1998 (1966).  
 \_\_\_\_\_, *Machiavelli's New Modes and Orders. A Study of the Discourses on Livy*, Chicago and London: The University of Chicago Press, 1979.
- MARCHAND, J.J. *Niccolò Machiavelli. I primi scritti politici, 1499-1512*, Padova: Antenore, 1975,
- MARTINES, Lauro. *Lawyers and Statecraft in Renaissance Florence*, Princeton University Press, 1968.  
 \_\_\_\_\_, *Power & Imagination. City-States in Renaissance Italy*, Great Britain: Pimlico, 2002.
- MARTINS, José Antônio. *Fundamentos da república e sua corrupção nos Discorsi de Maquiavel*, Departamento de Filosofia da USP, 2007.
- MEINECKE, Friedrich. *Machiavellism. The Doctrine of Raison d'Etat And its Place in Modern History*, London: Routledge and Kegan Paul, 1956 (1922).
- MILLAR, Fergus. *The Roman Republic in Political Thought. The Menahem Stern Jerusalem Lectures*, London: University Press of New England, 2002.
- MOULAKIS, Athanasios. *Republican Realism in Renaissance Florence. Francesco Guicciardini's Discorso di Logrogno*, USA: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.
- NAJEMY, John. *Italy in the Age of the Renaissance*, Oxford University Press, 2004.  
 \_\_\_\_\_, *Corporatism and Consensus in Florentine Electoral Politics, 1280-1400*, The University of North Carolina Press, 1982.  
 \_\_\_\_\_, *Between Friends*, Princeton: Princeton University Press, 1993.
- PALUMBO, Matteo. *Gli orizzonti della verità. Saggio su Guicciardini*, Napoli: Liguori, 1984.
- PANCERA, Carlo Gabriel Kszan. *Maquiavel entre repúblicas*, BH: UFMG, 2010.
- PASQUINI, Emilio & PRODI, Paolo (a cura di). *Bologna nell'Età di Carlo V e Guicciardini*, Bologna: Il Mulino, 2002.
- POCOCK, J.G.A. *The Machiavellian Moment*, New Jersey: Princeton University Press, 1975.  
 \_\_\_\_\_, *Languages and their implications: the Transformation of the Study of Political Thought*, in *Politics, Language and Time*, NY: Atheneum, 1971.

POST, Gaines. *Studies in Medieval Legal Thought*, Princeton University Press, 1964. Jersey: Princeton University Press, 1964.

RIDOLFI, Roberto. *Vita di Francesco Guicciardini*, Roma: Angelo Belardetti Editore, 1960. Ver, por exemplo, as páginas 313-314.

RUBINSTEIN, Nicolai. *Il governo di Firenze sotto i Médici, 1434-1494*, a cura di G. Ciapelli, Milano: Nuova Italia, 1999 (1966).

SASSO, Gennaro. *Per Francesco Guicciardini: quattro studi*, Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 1984.

\_\_\_\_\_, *Niccolò Machiavelli*, Bologna: Il Mulino, 1980.

SEHELLART, Michel. *Les arts de gouverner. Du regimen médiéval au concept de gouvernement*, Paris: Seuil, 1995.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*, SP: Cia. das Letras, 1996 (1978).

\_\_\_\_\_, *Machiavelli*, Oxford University Press, 1981.

SOUZA, Flávia Roberta Benevenuto de. *Maquiavel e a figura do governante*, Prisma: 2015.

VILLARI, Pasquale. *N. Machiavelli e i suoi tempi*, 1895.

VIROLI, Maurizio. *Machiavelli*, Oxford University Press, 1998.

\_\_\_\_\_, *Dalla Política alla Ragion di Stato. La scienza del governo tra XIII e XVII secolo*, Roma: Donzelli Editore, 1994.

## ARTIGOS E CAPÍTULOS DE LIVROS

ADVERSE, Helton. “Maquiavel, a República e o Desejo de Liberdade”, in *Trans\Ação*, vol. 30, n. 2, 2007.

AMES, José Luiz. “Liberdade e Conflito: o confronto dos desejos como fundamento da ideia de liberdade em Maquiavel”, in *Kriterion*, n. 119, 2009.

BIGNOTTO, Newton. *Três maneiras de se criar uma cidade*, in *A crise do Estado-nação*, A. Novaes (org.), RJ: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_, *Maquiavel e o novo continente da política*, in *A descoberta do homem e do mundo*, 1998.

BRUCKER, Gene. *Humanism, politics and the social order in Early Renaissance Florence*, in *Florence and Venice: comparisons and relations*, acts of two Conferences at Villa I Tatti in 1976-1977, Florence: Nuova Italia.

CARDOSO, Sérgio. “Em direção ao núcleo da ‘obra Maquiavel’: sobre a divisão civil e suas interpretações”, in *Discurso*, volume 45, nº 2, p. 207-247, 2015.

\_\_\_\_\_, *Que república? Notas sobre a tradição do “governo misto”*, in BIGNOTTO, N. (Org.) *Pensar a república*, BH: UFMG, 2000.

FUBINI, Riccardo. *Potenze Grosse e Piccolo Stato nell'Italia del Rinascimento. Consapevolezza della distinzione e dinamica dei poteri*, in *Il piccolo stato: politica, storia, democrazia*, San Marino: AIEP, 2004.

\_\_\_\_\_, *La rivendicazione di Firenze della sovranità statale e il contributo delle <Historiae> di Leonardo Bruni*, in *Storiografia dell'Umanesimo in Italia*, Roma: Edizione di Storia e Letteratura, 2003.

\_\_\_\_\_, *Discussione*, in *Lo stato territoriale fiorentino (secoli XIV-XV). Ricerche, linguaggi, confronti*. Pisa: Pancini, Atti del seminario internazionali di studi – San Miniato, 7-8 giugno, 1996.

\_\_\_\_\_, *Note Machiavelliane e para-machiavelliane a proposito della relazione di N. Rubinstein*, in *Studies on Machiavelli*, Florence: Sansoni, 1972.

GARFAGNINI, Gian Carlo. *Machiavelli e la filosofia medievale*, in *Cultura e Scrittura di Machiavelli*, Atti del Convegno di Firenze-Pisa, 27-30 ottobre 1997, Roma: Salerno, 1998.

GUARINI, Elena Fasano. *Machiavelli and the crises of the Italian republics, in Machiavelli and republicanism*, Cambridge University Press, 1990.

KENT, Dale. *The Florentine ‘Reggimento’ in the Fifteenth Century*, in *Renaissance Quarterly*, 28 (1975).

MARKS, Louis. *La crisi finanziaria a Firenze del 1494 al 1502*, in *Archivio Storico Italiano*, 1954.

\_\_\_\_\_, *The Financial Oligarchy in Florence under Lorenzo*, in *Italian Renaissance Studies*, edited by E.F. Jacob, London: Faber & Faber, 1960.

MARTELLI, Mario. *Machiavelli e i classici*, in *Cultura e scrittura di Machiavelli*, Roma: Salerno, 1998.

PANSINI, Giuseppe. *Predomínio político e gestione del potere in Firenze*, in *I ceti dirigenti in Firenze dal gonfalonierato di giustizia a vita all'avvento del ducato*, a cura di Elisabetta Insabato, Lecce: Conte, 1999.

PRICE, R. *The Senses of Virtù in Machiavelli*, in *European Studies Review*, 1973, 3, pp. 315-345.

RUBINSTEIN, Nicolai. *Politics and Constitution in Florence at the End of the Fifteenth Century*, in *Italian Renaissance Studies*, ed. By E. F. Jacob, London: Faber and Faber, 1960.

\_\_\_\_\_, *Oligarchy and democracy in the Fifteenth-century Florence in Florence and Venice: comparisons and relations*, acts of two Conferences at Villa I Tatti in 1976-1977, Florence: Nuova Italia.

\_\_\_\_\_, *Florentine Constitutionalism and Medici Ascendency in the Fifteenth Century*, in *Florentine Studies: Politics and Society in Renaissance Florence*, edited by N. Rubinstein, London: Faber and Faber, 1954.

\_\_\_\_\_, *Firenze e il problema della politica imperiale in Italia al tempo di Massimiliano I*, in *Archivio Storico Italiano*, 1958.

SKINNER, Quentin. *Meaning and understanding in the history of ideas*, in *Meaning and context*, Great Britain: Princeton University Press, 1988.

TANZINI, Lorenzo. *Tradizione e innovazione nella rubrica De origine iuris*, *Archivio Storico Italiano*, 590, 2001.

TREXLER, Richard C. *Il parlamento fiorentino del 1º settembre 1378*, in *Archivio Storico Italiano*, 525, 1985.

Ao encaminhar este formulário ao CNPq, o solicitante e o beneficiário declaram formalmente ter conhecimento das regras e cláusulas que regem a concessão de bolsas de Pós-Doutorado Sênior, inclusive quanto à exigência de título de doutor, obtido há mais de sete anos, e se compromete a cumpri-las integralmente. Declara, também, que tem anuência formal da instituição de destino e que esta, bem como o beneficiário, estão de acordo com as atividades propostas. Declara, ainda, que sua instituição de vínculo do beneficiário (quando for o caso) está de acordo com sua liberação durante a vigência da bolsa e que, se estrangeiro, obterá o visto adequado para a realização das atividades propostas. O solicitante deverá obter tais declarações correspondentes e mantê-las à disposição do CNPq e sob sua guarda até a aprovação do relatório técnico final do projeto. Além disso, declara ter conhecimento da necessidade de prestar contas dos recursos obtidos dentro do prazo estabelecido pelas normas do CNPq.